

Carta aberta de propostas ao Governo de Pernambuco

A Acic – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru vem a público esclarecer seu posicionamento diante do cenário de medidas mais restritivas tomadas pelo Governo de Pernambuco, através do Decreto 50.433, do dia 15 de março, com validade até o dia 28 deste mês.

ENTENDEMOS perfeitamente a gravidade da pandemia e seus reflexos. Não há dúvidas de que vivemos um período de desafios gigantes e, por isso, colocamo-nos à disposição para fazer a nossa parte e auxiliar no que for possível para minimizar a situação que todos enfrentamos.

No entanto, precisamos registrar nossa **INSATISFAÇÃO** com a falta de providências para preparar nosso sistema de saúde, decorrido um ano do início da pandemia.

Precisamos, com urgência, da abertura de novos leitos que garantam atendimento a todos os cidadãos pernambucanos que precisarem e da contratação de novos profissionais para reforçar o quadro da saúde, que já sabemos estar com sua capacidade de atendimento praticamente esgotada. Além disso, é preciso cuidar da compra dos insumos necessários aos tratamentos. Só assim teremos segurança para manter o funcionamento das atividades econômicas no Estado. A nossa economia não suporta mais um período longo de restrições e as contas públicas também não.

Mas é importante destacar que mais do que cobrar, estamos prontos para contribuir. Por isso, listamos abaixo algumas medidas que possam garantir o retorno a partir de do dia 29 de março.

- Criação de uma agenda com representantes de instituições empresariais para a construção de um novo plano de retomada econômica, a partir de onde paramos na última quarta-feira, dia 17;
- Fechamento de um acordo com as entidades para reforço das medidas sanitárias necessárias para o enfrentamento da pandemia, possibilitando ações negociais atendendo o protocolo sanitário;
- Adoção de um posicionamento claro sobre o pós- decreto. O empresário não aguenta mais o ambiente de instabilidade governamental neste período de pandemia;
- Apresentação de um plano de curto e médio prazo na condução da saúde pública no nosso Estado;
- Revisão do plano de distribuição das vacinas de forma proporcional e igualitária, bem como o estudo de novas alternativas para agilizar o processo de aquisição.
- Estruturação de um plano emergencial de auxílio aos empreendedores que precisaram fechar seus estabelecimentos em mais um período de restrições severas.

Certa da compreensão,
aguardo um retorno sobre os pleitos aqui apresentados.

Ivânia Porto
Presidente